

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

DARWINISMO SOCIAL E CIÊNCIA NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

ANA FLÁVIA CERNIC RAMOS*

No dia 2 de julho de 1883, Machado de Assis, sob o pseudônimo Lélío, dava início à sua participação na série de crônicas intitulada “Balas de Estalo”¹ com questionamentos muito parecidos aos do conto “O alienista”, publicado pela primeira vez entre outubro de 1881 e março de 1882 n’A *Estação*. Já em sua primeira crônica, espécie de programa para sua participação na série publicada na *Gazeta de Notícias*, Lélío argumentava sobre a forma como a ciência, com seus rituais de veracidade e suas explicações definitivas para os fenômenos naturais e humanos, também se permitia, contraditoriamente, a praticar drásticas inversões de sentido. No conto, Bacamarte, em busca da “verdade”, também oscilava entre aquilo que acreditava ser a loucura, prendendo e soltando as pessoas pelos mais variados motivos ao longo de toda a narrativa. Tal como os xaropes que perdiam o efeito, ou mesmo como uma corrente médica que partia do pressuposto de que os remédios deviam ser tomados especificamente em doses exatas (dosimetria), assuntos tratados por Lélío nas “Balas de Estalo”, a ciência em “O alienista” foi pensada por Machado de Assis como qualquer outro discurso, cujos sentidos também estavam fundados na arte da retórica e no poder. Embora os acontecimentos em Itaguaí tenham ocorrido no “reinado da razão” (ASSIS, 2004: 286), foi ironicamente com uma citação do Corão, colocada no frontispício da Casa Verde, que Bacamarte inaugurou seu hospício. Maomé, que segundo Bacamarte acreditava que Alá tirava o juízo dos doidos para que eles não pecassem, era a inspiração do ilustre cientista. Não somente inspiração, mas a fonte de uma “fraude” “pia” (ASSIS, 2004:255), já que, por medo do vigário, Bacamarte acabou por atribuir a citação ao papa Benedito VIII. Além da inspiração para o frontispício, Bacamarte também dizia que a Casa

* Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutora em História Social pela Unicamp. E-mail: afcramos@yahoo.com.br

¹ Publicada diariamente na *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1883 e 1887, a série “Balas de Estalo” contava com a participação de ilustres intelectuais, tais como Valentim Magalhães, Ferreira de Araújo (dono do jornal) e Capistrano de Abreu. Com viés humorístico, a coluna se constituiu como um importante espaço de polêmicas e discussões entre mais de uma dezena narradores que se revezavam nos comentários dos principais eventos cotidianos da cidade e do país (RAMOS, 2010: 57-59).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Verde, considerada então um mundo à parte, estava dividida entre o poder temporal – Crispim Soares e seus dois sobrinhos, encarregados da administração prática do hospício – e o poder

“espiritual”, representado por ele mesmo. Padre Lopes, ao ouvir tal explicação, ria do “pio trocado” e ameaçava, por pilhéria, denunciar Bacamarte ao Papa (ASSIS, 2004:257). Bacamarte, cientista devoto, via-se não só como um estudioso dos fenômenos psíquicos, mas como chefe de uma doutrina espiritual, acreditada com fé. Tal como foi enunciado por Lélío em sua primeira “bala de estalo” sobre a dosimetria, em “O Alienista”, religião e ciência, verdade e mentira faziam parte já das primeiras páginas do conto que também era o texto inaugural da coletânea *Papéis Avulsos*, publicada em 1882. Inspirado nos antigos cronistas de Itaguaí, o narrador do conto, por meio de uma apropriação particular do discurso histórico, rompia, entretanto, com expectativas que esse tipo de relato induzia e inseria na narrativa o absurdo e o extravagante, provavelmente com o intuito de evidenciar as fronteiras entre a verdade objetiva e a retórica. Em uma espécie de pastiche histórico, o narrador seguia os preceitos de uma narrativa objetiva, apoiada em documentos, crônicas do passado longínquo da cidade, no qual nada, teoricamente, era inventado, mas fruto de conjecturas verossímeis, ao mesmo tempo em que narrava a história de uma cidade inteira encarcerada em um hospício. Um movimento que também foi colocado em prática por Lélío a partir de 1883, dando sequência a um projeto literário de Machado, através de um gênero tradicionalmente vinculado ao cotidiano, à realidade factual das notícias e ao jornalismo dito “objetivo”: a crônica (RAMOS, 2010).

As tensões entre verdadeiro e falso, entre forma e conteúdo, entre uma narrativa convencional e o absurdo, estiveram presentes não só em contos como “O Alienista”, mas também na produção cronística de Machado no início dos anos 1880, evidenciando que, tal como os outros gêneros literários, a crônica também era um espaço importante de elaboração ficcional. Em julho de 1883, quando Lélío inaugurou sua participação em “Balas” com uma crônica que aproximava ciência e religião, dizendo que a ciência médica se constituía em um ato de fé, cujo postulado máximo era o “grito muçulmano” “crê ou morre”, ficava evidente que muitas das reflexões desenvolvidas nos contos não só ainda estavam no pensamento de Machado, como seriam apropriadas para configuração estrutural dessa nova personagem. Lélío expandia o argumento de que a ficção e a invenção estavam além do texto literário, estratégia também presente em alguns dos contos de *Papéis Avulsos*. A ideia de que tanto a verdade como a mentira eram construções discursivas, fruto da retórica e da capacidade de convencimento do outro, constatação da qual estavam impregnadas todas as relações sociais, transformou-se em um dos

principais fios condutores das 125 crônicas que Machado publicou sob o título de “Balas de Estalo”.

Em *Papéis Avulsos*, Machado organiza vários de seus contos em torno desse argumento. Em primeiro lugar, temos Simão Bacamarte, filho da “nobreza da terra”, médico de prestígio, que com a retórica científica adquire poderes para convencer toda uma cidade sobre o que era loucura e sanidade; em “Teoria do Medalhão”, vemos ainda um preocupado pai que proferia ao filho lições para alcançar prestígio e poder político através de um conhecimento ornamental e superficial, no qual as ideias não precisavam ser entendidas, mas decoradas. Prestígio oriundo da propaganda, cujo papel era ostentar a forma vencedora, uma imagem calculada, premeditada, formando uma espécie de “persona social”. Garantia o pai e mestre que, para alcançar o sucesso, parecer era mais importante que ser. Em “O Segredo do Bonzo”, momento em que o autor parece sintetizar esse argumento, sob a inspiração de Fernão Mendes Pinto, e no qual o foco narrativo é um observador curioso e perplexo diante de um mundo estranho, o reino de Bungo, ele constata, a partir dos ensinamentos do bonzo, que o que importava e trazia poder não era a verdade concreta, mas a capacidade de convencer o espectador. Nesse conto, ironicamente, o bonzo Pomada, sinônimo de charlatanismo no final do século XIX, revela a essência da verdade aos nobres visitantes, elaborando uma “nova doutrina” a partir da qual constatava que se “uma coisa podia existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade sem existir na opinião, era melhor que existisse na opinião”, “única necessária”, relegando à realidade apenas a característica de ser conveniente. Constatava ainda que “as mais sublimes virtudes e os mais profundos conhecimentos de um sujeito solitário” não tinham existência de fato sem um público que acreditasse nelas, já que “não [havia] espetáculo sem espectador” (ASSIS, 2004:324).

Argumento parecido surgirá na crônica de Lélío de 19 de julho de 1885, que narra a história de Guedes, um homem que havia trinta e cinco anos “[espreitava] um trimestre de popularidade, um bimestre, um mestre (sic) que fosse”. Segundo Lélío, “ultimamente já se contentava com uma semana, um dia, até uma hora, uma só de popularidade, de andar falado por salas e esquinas” (Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 19/07/1885). Guedes já havia feito de tudo para alcançar o seu objetivo, tentara arrancar as armas da legação inglesa durante a Questão Christie, atirara-se à traseira do “coche triunfal” do Rio Branco quando da Lei de 28 de setembro de 1871, tentara uma “orchata higiênica”, “uma loteria de crianças”, até mesmo uma “polca”. Diante de tantos fracassos, Lélío, ironicamente, recomendava:

Agora, se realmente quer popularidade, abra mão de planos complicados; limite-se a fazer anunciar, por meio de alusões engenhosas, que é o Guedes, que é esclarecido, e varie os termos, passe de esclarecido a ilustrado, e de ilustrado a eminente, e acrescente que é bonito, *ce qui ne gête rien*. O leitor não acredita, nos quinze dias; no fim de vinte fica um tanto perplexo; passados trinta, pergunta se realmente não se enganou; ao cabo de cinquenta, jura que se enganou, que é o Guedes, o verdadeiro Guedes. Três meses depois, mata a quem lhe disser o contrário. Faça isso, meu amigo; é o segredo do mulungu composto e da salsaparrilha, tanto da Bristol com da de Sands. (Lélio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 19/07/1885).

O remédio prescrito por Lélio era simples: convencer através da repetição, tornar-se verdade na opinião dos outros. E isso não valia apenas para Guedes, mas para a medicina, para os diversos xaropes anunciados nos jornais e, por que não, para a ciência moderna. E se a verdade era aquilo que se dizia ser, Lélio defendia na crônica de 26 de fevereiro de 1885 o direito dos nobres vereadores de alterarem seus discursos antes de serem publicados, dizendo que “os bons costumes eram como roseiras” que havia plantado em seu jardim, “pegavam”. Se à primeira vista só se podia imprimir nos anais “o que realmente se [lera] ou [proferira] na câmara”, Lélio “defendia” a inserção de trechos não ditos por este ser um “costume útil e legítimo” da política nacional:

A prova de que o é, vamos achá-la no desenvolvimento que lhe deu a atual câmara. Esta corporação não tem taquígrafos, mas tem ambições e um bonito futuro. Como fazer, para dar direito de cidade na ata das sessões a cada transpiração da loquela dos vereadores? Deste modo: - cada orador, acabada a sessão, vai para casa escrever o discurso, manda-o ao secretário, que o inscreve na ata. Soube disto, porque na última sessão um dos vereadores alegou que alguns colegas escrevem às vezes, não só o que disseram, como o que não disseram; asserção que foi logo contestada, e com razão. Digo que com razão, porque os acréscimos podem considerar-se lógicos, naturais, deduzidos, por esta regra de que *tout est dans tout*; e se eu, ao copiar o meu discurso, acrescento-lhe um argumento, é porque ele estava no argumento anterior, e a pena não fez mais do que partejá-lo. Não é aditamento, é restituição (Lélio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 26/02/1885).

Partindo da lógica do axioma grego *tout est dans tout*, citado por Aristóteles, tudo está em tudo, Lélio, argumentava, dizendo ter descido “ao fundo das coisas”, que se tudo era pura retórica retirada de manuais de florilégios de oratória, como havia sugerido em crônica de 10 de julho de 1883, nada mais “natural” que usar do “silêncio do gabinete”, fugindo do “tumulto de um debate”

para melhor escolher as ideias que seriam publicadas. Entretanto, Lélío, como era de costume, aplicava pequenas empulhações ao seu leitor. Na crônica de 20 de julho de 1884, na qual ele atribuía à Lafayette Rodrigues, ex- chefe do gabinete de ministros, um livro de “memórias” de 300 páginas intitulado *História que não aconteceu*, já estava um dos seus argumentos para a questão dos debates parlamentares: “na política não [havia] imaginação, [havia] lógica, e lógica de ferro”, resposta dada a Lélío quando este classificara a obra do ex-ministro de “imaginosa” (Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 20/07/1884). Ou seja, contrariando a ideia de que eram apenas inofensivos “floreios” retóricos, os acréscimos feitos aos discursos parlamentares posteriormente estavam, na verdade, inseridos na “lógica de ferro” da política.

Assim, se verdade era retórica, e se essa máxima podia ser ampliada a qualquer instituição, se parecer real pela opinião era o mais importante - e depois de impressos no Diário Oficial os discursos alterados certamente ganhavam um selo de autenticidade -, como descobriram, no Reino de Bungo, Fernão Mendes Pinto e Diogo Meireles, em “O Segredo do Bonzo”, era preciso, então, se não desconstruir, pelo menos relativizar as verdades científicas que tão enfaticamente se transformaram no século XIX em sinônimo de poder, de boa literatura (para os realistas à moda de Émile Zola), de jornalismo moderno, enfim, de progresso. Tal como havia feito em *Memórias Póstumas e Papéis Avulsos*, Machado, através de Lélío, transformará a ideia de verdade científica em um dos temas recorrentes também de “Balas de Estalo”, colocando em evidência a relação entre ciência e religião, entre ciência e teatro. Já que os remédios saíam de moda como as peças apresentadas na capital do império e já que o discurso científico estava impregnado de contradições, Lélío, desde o início da série, mostrava-se disposto a analisar os acontecimentos com seu olhar “filosófico”.

Se a farsa estava por todos os lados, por que não investigar os sentidos das doutrinas então vigentes? Como no texto de “A nova geração”, Machado, através de Lélío, enfatizava o perigo da adesão irrestrita a qualquer teoria científica ou literária. Com suas “invenções” mostrava que era preciso ter cautela, sinalizando, a cada crônica, que desconfiar de qualquer discurso devia ser a regra máxima, já que a ciência tinha suas próprias contradições. Em “Balas de Estalo” o que Machado de Assis fará, através de Lélío, é apenas radicalizar o argumento para mostrar que teorias como o Darwinismo social, o Evolucionismo e outras tantas que passaram a explicar o progresso ou o atraso dos homens, levavam a raciocínios por vezes também absurdos, ou no mínimo, frágeis. Em 1884, a propósito da falsificação de vinhos na cidade do Rio de Janeiro,

temos um exemplo de como o narrador de “Balas” sintetizou essa a relação entre falso, verdadeiro, virtude, vício e teorias científicas a partir da discussão desse tema. No dia 23 de agosto de 1884, Lélío escrevia:

Anda nos jornais, e já subiu às mãos do Sr. ministro dos negócios estrangeiros, uma representação do Clube ou Centro dos Molhadistas contra os falsificadores de vinhos. Trata-se de alguns membros da classe que, a pretexto de depósito de vinhos, têm nos fundos da casa nada menos que uma fábrica de falsificações. Segundo a representação, os progressos da química permitem obter as composições mais ilusórias, com dano da saúde pública. Ou eu me engano, ou isto quer dizer que se trata de impedir a divulgação de certa ordem de produtos, a pretexto de que eles fazem mal à gente. Não digo que façam bem; mas não vamos cair de um excesso em outro.

Os homens reunidos em sociedade (relevem-me este tom pedante) estão virtual e tacitamente obrigados a obedecer às leis formuladas por eles mesmos para a conveniência comum. Há, porém, leis que eles não impuseram, que acharam feitas, que precederam as sociedades, e que se hão de cumprir, não por uma determinação de jurisprudência humana, mas por uma necessidade divina e eterna. Entre essas, e antes de todas, figura a da luta pela vida, que um amigo meu nunca diz senão em inglês: *struggle for life*. Se a luta pela vida é uma lei verdadeira e só um louco poderá negá-lo, como há de lutar um molhadista em terra de molhadistas? Sim, se este nosso Rio de Janeiro tivesse apenas uns vinte molhadistas, é claro que venderiam os mais puros vinhos do mundo, - e por bom preço, - o que faria enriquecer depressa, pois não os havendo mais baratos, iriam todos comprá-los a eles mesmos.

Eles, porém, são numerosos, são quase inumeráveis, e têm grandes encargos sobre si; pagam aluguéis de casa, caixeiros, impostos, pagam muita vez o pato, e hão de pagar no outro mundo os pecados que cometeram neste, e tudo isso lutando, não contra cem, mas contra milhares de rivais. Pergunto: o que é que lhes fica a um canto da gaveta? Não iremos ao ponto de exigir que eles abram um armazém só para o fim de perder. O mais que poderíamos querer é que não o abrissem; mas uma vez aberto, entram na pura fisiologia universal; e tanto melhor se a química os ajuda.

Também matar é um crime. Mas as leis sociais admitem casos em que é lícito matar, defendendo-se um homem a si próprio. Bem; o molhadista do n. 40, que falsifica hoje umas vinte pipas de vinho, que outra coisa faz senão defender-se a si mesmo, contra o molhadista do n. 34 que falsificou ontem dezessete? *Struggle for life*, como diz o meu amigo.

Depois, façamos um pouco de filosofia Pangloss, penetremos nas intenções da Providência. Se com drogas químicas se pode chegar a uma aparência de vinho, não parece que este resultado é legítimo, lógico e natural? Acaso a natureza é uma escola de

crimes? E dado mesmo que um tal vinho seja danoso à saúde pública, não pode acontecer que seja útil à virtude pública, levando os homens a abster-se? E, porventura, a virtude merece menos que a saúde? Não são ambas a mesma coisa, com a diferença que a virtude é ainda superior? Não entrará tudo isso nos cálculos do céu?

Eu bem sei que era melhor não vender nada, nem vinho puro, nem vinho falsificado, e viver somente daquele produto a que se refere o meu amigo barão de Capanema, no *Diário do Brasil* de hoje: “Alguns milhões de homens livres no Brasil (escreve ele) vivem do produto da pindaíba...” Realmente eu conheço um certo número que não vive de outra coisa. E quando o escritor acrescenta: “... pindaíba do tatu que arrancam do buraco...” penso que alude a alguns níqueis e mil réis que têm saído da algibeira de todos nós.

Era melhor; mas isto mesmo pode dar lugar a falsificações. Nem todas as pindaíbas são legítimas. E a própria química finge algumas, por meio das lágrimas que são, em tais casos, química verdadeira.

Talvez por isso tudo é que um cavalheiro, que não sei quem seja, mas que mora na travessa do Maia, lembrou-se de fazer este anúncio: “Barão de armas, composição de cartas de nobreza, árvore genealógica, todo e qualquer trabalho heráldico, em pergaminho, pintura em aquarela e dourados, letras góticas, trata-se na travessa – etc. Esse cidadão não viverá na pindaíba, nem lhe dirão que faz vinho nos fundos da fábrica. Não faz vinho, faz história, faz gerações, à escolha, latinas ou góticas. E não se pense que é ofício de pouca renda. Na mesma casa convida-se as senhoras que se dedicam à arte de pintura e quiserem trabalhar. Se ainda acharem que há aí muita química, cito-lhes física, cito-lhes um “grande cartomante” (*sic*) da rua da Imperatriz, que dá consultas das 7 às 9 horas da manhã. Física, e boa física. Que querem? é preciso comer. Cartomancia, heráldica, pindaíba de tatu, ou vinhos confeccionados no fundo do armazém, tudo isso vem a dar na lei de Darwin (Lélio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 23/08/1884).

Sob o título de “Centro Comercial dos Molhadistas”, anúncios contra a produção de vinhos falsificados vinham sendo publicados nos jornais cariocas desde o dia 20 de agosto de 1884. Intitulado “apóstolos da saúde”, um anúncio que saíra no *Jornal do Commercio* em 20 de agosto de 1884, pedia, por exemplo, aos comerciantes do verdadeiro vinho que não “esmorecessem” ante a “especulação” e à “ganância” (“Centro Comercial de Molhadista”, *Jornal do Commercio*, 20/08/1884). No dia seguinte, ainda sob o mesmo título, uma nova publicação parabenizava o Centro Comercial dos molhadistas por ser um “grande regenerador” e por ter assumido uma “postura enérgica” ao requerer aos deputados, e mesmo ao ministério, o fechamento das fábricas de vinhos artificiais. Sob a assinatura de “justiça”, o autor também

exigia dos “poderes competentes” que realizassem fiscalização “severa” sobre a produção da bebida. Ao Centro, concluía a mensagem, pedia-se que este não recuasse, “pois o mundo, quase sempre ingrato” também muitas vezes sabia “reconhecer e galardoar o *merecimento dos verdadeiros artistas*” (“Centro Comercial de Molhadista”, *Jornal do Commercio*, 21/08/1884).

No dia 22 de agosto, um dia antes da crônica de Lélío, outro anúncio era publicado no *Jornal do Commercio*, agora assinado “Os consumidores”, pedindo ao ministro de estrangeiros que tomasse providências não só contra os falsificadores nacionais, mas também contra a importação de vinhos falsificados da Europa:

Reconhece o Centro dos Molhadistas que os negociantes do Rio de Janeiro compram e vendem, com ciência própria, vinhos estrangeiros falsificados. Agora, por nossa vez, pedimos providências ao governo contra os negociantes de molhados, verdadeiros falsificadores. [...] Fazem de uma pipa de vinho diversas e cada qual de sua qualidade, empregando para esse fim matérias danosas à saúde. Empregam rótulos que indicam líquidos finos, quando são verdadeiros zurrapas. Raro é o negociante que deixa de ter *fábrica* com nome de *depósito*. Eles conhecem as marcas de vinhos falsificados em França e outros países; mas de preferência compram-nos, com a ganância de maiores lucros. (“Comércio de Molhados”, *Jornal do Commercio*, 22/08/1884).

Se todos falsificavam vinhos na cidade, inclusive aqueles que importavam a bebida da Europa, por que punir alguns e não outros? Entre os anúncios publicados sobre a questão da falsificação de vinhos, Lélío parecia ter optado por este último já que, tal como “Os consumidores”, iniciara sua bala dizendo que o “Clube” ou “Centro”, representava a “classe” que “a pretexto de depósito de vinhos”, tinham, no fundo de seus estabelecimentos, “nada menos que uma fábrica de falsificações”. O ponto de partida para Lélío parecia ser um só: se o vinho que se comprava na cidade de uma maneira geral era de má qualidade, quem deveria ser perseguido e ter o seu estabelecimento fechado? Uma das alegações recorrentes de alguns desses artigos era a de que os comerciantes brasileiros já adquiriam vinhos falsificados da Europa, insistindo há muito tempo em comprar de vendedores que reconhecidamente alteravam o produto ainda do outro lado do Atlântico. A lei, criada pelos homens para o convívio em sociedade, serviria a quem? Se o objetivo do sistema econômico vigente era o lucro, se a mentalidade capitalista previa o sucesso a quem conseguisse obter as maiores vantagens, como julgar a questão dos vinhos falsificados?

Para responder a essas indagações, Lélío ironicamente se apropria de algumas das teorias científicas mais recorrentes entre a intelectualidade brasileira naquele final de século e aproveita a discussão para satirizar o princípio tão em voga naquele momento de que a vida era luta. A resposta para o problema dos vinhos falsificados, segundo o narrador, não estava nas leis criadas

pelos homens, mas nas leis da natureza que regiam o universo e que eram defendidas naquele momento pelas teorias científicas mais “modernas”. Leis que ganharam tamanha repercussão, que deram origens a doutrinas que a tantos converteram e que, segundo Lélío, pareciam “que [precediam] às sociedades”, já que ele as classificava de “eternas”, ou ainda de integrantes de uma “fisiologia universal”. Restava aos homens cumpri-las, “não por uma determinação de jurisprudência humana”, mas por uma “necessidade divina e eterna”. A principal entre essas leis, ironicamente chamada de “divina”, uma vez que estava inserida em um universo conceitual todo materialista, era a famosa *Struggle for life*. Argumentava o narrador que se “a luta pela vida” era uma “lei verdadeira”, só um “louco” poderia negá-la. E, no caso dos vinhos falsificados, como sobreviveria um molhadista em terra de molhadistas? Se a lei era a da sobrevivência do mais “apto”, mais “forte” - e por que não, mais “esperto” -, “melhor comerciante”, com que argumentos teóricos, ou ainda filosóficos, deveria ser combatida a fabricação de vinhos falsos das fábricas clandestinas? Se a regra era sobreviverem os mais fortes, ou no caso os que “enriquecessem depressa”, os falsificadores de vinho não faziam nada além de estarem em plena sintonia com as leis do universo.

Na crônica de 24 de outubro de 1884, ainda comentando a questão dos vinhos falsificados, Lélío dizia que o que propunha o Centro de Molhadistas “simplesmente” afrontava a “consciência humana”, uma vez desejava impor que todos vendessem apenas os vinhos “puros e verdadeiros”, “chegando ao excesso de divulgar os lugares em que os [havia] falsificados”. Para Lélío, o ato do centro era “filosoficamente” um “absurdo”, ou ainda um “axioma de metafísica”, já que nenhuma coisa poderia ser considerada “em si mesma” “boa ou má”. Para o narrador, “juridicamente” o ato do Centro também não deixava de ser um “atentado”, uma vez constatado que o “direito de vender vinho puro” implicava no direito de “vendê-lo falsificado”. Um princípio que para Lélío não tinha nada de abstrato e que estava nos “códigos modernos”. Para ele, assim como não se poderia proibir que se escrevessem livros ruins, ou que um tenor cantasse mal, os vinhos falsificados não poderiam ser banidos. Exagerando seu argumento, nosso “filósofo baleiro” afirma que, socialmente, a ação do Centro também era um perigo “gravíssimo”, pois no dia em que cada “classe” se lembrasse de “indagar o que é que todos os seus membros [vendiam]”, ocorreria, segundo ele, uma “guerra social”. “Por enquanto”, concluía Lélío, “só vejo este uso [falsificação] nos vinhos e na política”; “fiquemos nisto” (Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 24/10/1884).

Pouco mais de um mês depois, Lélío volta ao assunto, em crônica de 1 de dezembro de 1884, e, em pleno clima de disputa eleitoral, no qual o narrador assistia à prática das mais variadas estratégias e farsas políticas para alcançar a vitória, o tema dos vinhos falsificados era mais uma vez retomado pelo narrador, que se intitulava “liberal”, e que pedia para que os candidatos defendessem, antes de tudo, o princípio da liberdade. “Hoje persegue-se um vinho nocivo à saúde; amanhã iremos aos pesos falsificados, às medidas incorretas, às trocas de tecidos, à composição das velas, às solas dos sapatos, à seda dos chapéus de sol; e, porque há abusos no comércio, lançaremos a suspeição a todo ele”, afirmava o cronista. “É a inquisição, a santa irmandade”, concluía Lélío. Para o narrador, querer que a “lebre [fosse] sempre lebre” era um “capricho”, além de tirar o “direito” do gato de substituí-la. Se havia “liberdade para as opiniões”, por que não haveria liberdade para “as cousas da boca”, indagava ele. Extremando ainda mais o seu raciocínio, Lélío afirma que existia uma “solidariedade” entre as “classes e profissões”, sem a qual a sociedade pereceria. “O vinho nocivo, se acaso [corrompia] a saúde de um homem”, dava “dinheiro ao médico chamado para tratá-lo”, “ao farmacêutico”; e no caso de morte, “ao armador funerário, ao padre, às cocheiras de carros”, “tudo se [ligava] na civilização” (Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 01/12/1884), concluía o narrador. Inspirado pelos valores do liberalismo clássico, pelas teorias científicas tão em voga, Lélío constrói um argumento exagerado, não apenas para atingir os fins humorísticos da série, mas para deflagrar os discursos que estavam por trás de toda e qualquer teoria. Como se estivessem em uma “cadeia” natural, a ação dos falsificadores era tratada pelo cronista como algo coerente dentro do sistema social e econômico que vinha se estabelecendo no Brasil e no mundo burguês.

Para consolidar seu argumento, na crônica de 1 de dezembro de 1884 Lélío apelava mais uma vez para a ciência para explicar e defender a produção dos vinhos falsificados, confirmando que seu assunto principal ia muito além das fábricas clandestinas. Lélío discutia “princípios”, refletia sobre teorias como o Darwinismo social e seus reflexos na organização das sociedades. “A Associação Comercial costuma ler Spencer”, perguntava ele. “Naturalmente, sim”. “Pois releia-o”, sugeria o “baleiro”, “lá verá que esses abusos são uma forma de canibalismo” e que a regra que regia as criaturas vivas era a de “comer e ser comido”, ou ainda, “embaçar e ser embaçado”, para o caso “desses abusos”. E se esta era uma lei “natural”, como “fugir-lhe”? Além disso, se havia apenas dois modos de cumpri-la, embaçar ou ser embaçado, não seria melhor praticá-la pelo “lado ativo”, perguntava o narrador. Afinal, “se todos quisessem ser embaçados,

não haveria embaçadela, por falta de embaçadores”? Lélío encerra a crônica afirmando que “propor tais questões” era o mesmo que “resolvê-las”, concluindo que dava o seu voto, na eleição que estava prestes a acontecer, a quem se propusesse a “defender a liberdade mercantil” e, com ela, “a liberdade social e política” (Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 01/12/1884).

Alfredo Bosi, em seu artigo “A máscara e a fenda”, argumenta que, para Machado, “o que atribuímos fundamentalmente à lógica interna do capitalismo em avanço e à sua moral de competição, seria, antes, um modo de agir entre defensivo e ofensivo, segundo a *Natureza*, aquela mesma *Natureza* egoísta e darwiniana, amoral e inocente, que assoma no delírio de Brás Cubas”. Segundo Bosi, para o autor, a luta pelo dinheiro e pelo *status* seria um “prolongamento dos instintos”, resumida pela expressão “segunda natureza”. Para Bosi, o princípio utilizado por Machado era sempre o do mais forte ou do mais astuto. O crítico argumenta que Machado, “naturalizando a sociedade, via a corrida feroz ao poder como um processo comum a ambas as instâncias” e que, com isso, “ficava entendida, e não justificada, a mecânica dos interesses imediatos que [guiava] a maior parte das ações do homem” (BOSI, 1983:451). Segundo Bosi, esse determinismo de Machado não estava apoiado nos discursos naturalistas e científicos do tempo, mas estava moldado “numa linguagem fatalista antiga”, que vinha do “*Eclesiastes*, dos cínicos, de Maquiavel e ainda dos moralistas franceses” (BOSI, 1983:442). Segundo o autor, era um “materialismo clássico”, ou ainda um “naturalismo moral e político” que tendia “a aproximar a ordem dos interesses e a ordem dos instintos”. Uma visão que servia para Machado, “anti-romântico”, nas palavras de Bosi, na “análise concreta dos comportamentos e dos seus móveis em cada situação social” (BOSI, 1983:442). Bosi afirma que, diante da descrição da *Natureza* que Brás Cubas faz em seu delírio, Machado passara a se questionar sobre a necessidade do uso de “máscaras sociais” na luta pela sobrevivência do indivíduo (BOSI, 1983:442).

Entretanto, se observarmos a trajetória de Lélío na publicação de “Balas de Estalo”, veremos que não há, por parte do narrador, uma intenção de naturalizar as disputas entre os homens, o que, segundo Bosi, seria uma espécie de reação à severidade e ao egoísmo da mãe natureza. O que Lélío parece fazer, não só na crônica sobre os vinhos falsificados, mas em várias outras “balas de estalo”, é testar os limites dos argumentos das teorias científicas que estavam se difundindo no Brasil, na tentativa de combater o dogmatismo, o “messianismo” da intelectualidade brasileira em relação a essas ideias. Na crônica do dia 23 de agosto de 1884, por exemplo, ele leva seu argumento de defesa dos falsificadores de vinho a um extremo, ao que ele

chama de “filosofia Pangloss”, ou seja, a um otimismo levado ao limite para demonstrar a importância de se pensar com mais cautela sobre essas teorias. Para alertar o leitor, defendia que mesmo quando falava em ciência, era na figura de Deus que a palavra natureza surgia. Se Deus (natureza) havia determinado que houvesse meios químicos de alterar a bebida, brincava ele, fazendo-a parecer legítima, como negar o direito da falsificação, indagava o narrador. “Acaso a natureza [era] uma escola de crimes?” (Lélio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 23/08/1884) Ao levar o argumento ao extremo, Lélio nada mais fazia que demonstrar como as doutrinas científicas tinham significados muito maiores que simplesmente compreender os fenômenos naturais que regiam o mundo e como, nas últimas décadas, elas estavam tentando se “naturalizar”, ou seja, tentando se estabelecer como explicações inquestionáveis sobre o real.

Para o narrador de “Balas de Estalo”, parecia não fazer sentido punir os falsificadores de vinho. Se os debates parlamentares também eram “falsificados” e se xaropes sem efeito prático continuavam a ser vendidos e anunciados nos jornais, por que punir os falsificadores de vinho? Se a distinção hierárquica proporcionada pelos títulos de nobreza também um dia, tal como a genealogia do pai de Brás Cubas, fora inventada, punir o cavalheiro que, na travessa Maia, falsificava brasões de armas, cartas de nobreza e árvores genealógicas, era selecionar apenas alguns para cumprir as leis, e deixar os outros impunes. Por que punir os fabricantes de vinho falsificado e não os que forjavam esses documentos de nobreza, ou os que fraudavam as eleições? Por que puni-los se a regra do universo era vencer, a qualquer custo, os seus adversários? Todos aqueles que tinham as fábricas de vinhos em seus quintais não estariam apenas reproduzindo as leis fundamentais da natureza?

Segundo Sidney Chalhoub, desde a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* que Machado de Assis criticava as ideias pregadas por teorias como o Darwinismo Social. Brás, escrevendo o seu relato póstumo no contexto da grande divulgação dessas ideias, adota os princípios “darwinicos” para defender seus próprios interesses.² Lélio fazia parte, então, também

² Sobre essa questão cf. CHALHOUB, *Machado de Assis, historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e CHALHOUB, Sidney (Conferencista); “A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa” (Conferência), 01/2009. Internationalizing Machado de Assis, (06/01/2009 a 10/01/2009), Princeton/Chicago, ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. Cf. também CHALHOUB, S. “A arte de alinhar história: a série “A+B” de Machado de Assis” in CHALHOUB, S; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, L. A. de M. (org.). *Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

de um projeto ficcional estabelecido a partir do início da década de 1880, que incluía a criação de personagens-narradores que “testassem” essas ideias e princípios que passaram a ser um importante mote explicativo para as relações estabelecidas entre os homens naquele momento de crise acentuada do poder paternalista. O avanço cada vez maior das relações capitalistas e todos os seus reflexos na elaboração dessas teorias pareciam organizar, de certa forma, algumas das características do projeto literário de Machado de Assis a partir de então. Lélío, primeiro narrador de crônicas após a criação de Brás Cubas, incorporaria esse discurso da luta pela vida e levaria a defesa dessa ideia a extremos e absurdos que denunciasses as intenções políticas inseridas nessas teorias. Em 1886, meses depois de encerrar sua participação em “Balas de Estalo”, por exemplo, Machado inicia a publicação de uma nova série de crônicas, “A + B”, que também daria sequência a esse argumento. Nessa série, cujo jogo ficcional era a “reprodução” do diálogo entre os personagens “A” e “B”, um dos assuntos principais eram os problemas financeiros, desfalques e falcatruas que assolavam a economia nacional no final do século XIX. Em um dos seus muitos diálogos, encetado no dia 12 de setembro de 1886, “B” pergunta a “A”: “você acredita na luta pela vida?”. “A” responde: “Como não crer, se é a verdade pura?”. “B” então explica ao amigo que na “luta pela vida” tinha de “vencer o mais forte” ou o “mais hábil”. “Você é forte?”, indaga ele. “Sou um banana”, responde “A”. “Pois seja hábil”, aconselha “B”. “*Make money; é o conselho de Cássio. Mete dinheiro no bolso*” (“A + B”, *Gazeta de Notícias*, 12/09/1886). Segundo Chalhoub, a conversa entre “A” e “B” indica que, para Machado, a “corrupção do paternalismo” parecia ter resultado na adoção de um “vale-tudo político e econômico”, no qual a “vantagem pessoal” (local) se sobrepunha ao “interesse coletivo”(nacional), reforçando o “interesse privado (ou seja, hábitos de apropriação privada, predadora, do Estado), “já tão central à ideologia paternalista da classe senhorial-escravista, só que agora viria revestido de ideologia cientificista”. Para Chalhoub, “sem as amarras do paternalismo”, os interesses particulares passaram a lutar “à moda darwinista, ameaçando carregar de roldão tudo à sua volta” (CHALHOUB, 2005: 81-83).

Mesmo considerando algumas das afirmações de Bosi sobre a visão de Machado a respeito dos “instintos” humanos e as disputas que moviam “naturalmente” a vida em sociedade, acredito que Lélío, ao radicalizar seu argumento na crônica sobre os vinhos falsificados, quis, na verdade, desnudar esses discursos científicos, mostrando que se tudo era disputa, se tudo era competição, também tinham que ser relativizadas as mais diversas teorias científicas. Se como

todo texto, como todo discurso, essas teorias estavam imbuídas de projetos políticos específicos, se elas também requeriam o seu quinhão nessa disputa ancestral entre os homens, elas também deveriam ser submetidas ao crivo da subjetividade e não tratadas como verdades absolutas e indiscutíveis. Lúlio, em 1883, provavelmente argumentava, entre outras coisas, no sentido de combater a transparência e a imparcialidade tão enunciadas pelos entusiastas das teorias evolucionistas, darwinistas, algo que podia, mais uma vez, ser estendido ao projeto literário dos naturalistas.

Se levadas ao pé da letra, as teorias científicas em voga naquele final de século justificariam toda e qualquer disputa, cuja conclusão seria a de Lúlio de que “[era] preciso comer”. Vícios tornar-se-iam virtudes se a sociedade, ou a própria natureza, se resumissem à vitória do mais apto, como propunham algumas teorias científicas. Egoísmo passaria a ser a lei de “conservação”. Já no delírio de Brás, a Natureza o alerta: “a onça mata o novilho porque o raciocínio da onça é que ela deve viver”, “eis o estatuto universal” (ASSIS, 2004: 500), afirmação que levaria o narrador a concluir, alguns capítulos à frente, que o “vício [era] muitas vezes o estrume da vida”. Diante de tal constatação, Brás, do alto de sua classe social, afeiçoou-se à “contemplação da injustiça humana” (ASSIS, 2004: 527). Ao invés de acreditar que Machado naturalizava essas disputas inspirado em um “materialismo clássico” ou em um “naturalismo moral”, como argumentou Bosi, podemos considerar que, ao colocar na fala Brás a defesa das injustiças humanas, Machado indicava, antes de tudo, que o discurso sobre a luta pela vida tinha sido apropriado por uma classe social bastante específica, interessada, naquele momento, em justificar as desigualdades entre os homens. É um discurso de classe que está em questão e não são os moralistas franceses que surgem nas crônicas de Lúlio sobre a luta pela vida, mas Darwin e Spencer. Se tudo era luta, como a própria Natureza já havia dito a Brás Cubas em seu delírio, ideia que depois vai ser formulada por Quincas Borba e seu Humanitismo, nada podia ser retratado de forma isenta, já que a regra máxima era o constante combate entre os homens. A realidade, segundo esse modelo, só se explicaria se vista como um conjunto de múltiplos interesses em disputa entre si. Nenhum enunciado, então, conseguiria abarcar a realidade como um todo porque sempre partiria de um conjunto de interesses, de opiniões, frutos eternos de disputas não apenas biológicas, mas principalmente sociais e políticas.

Portanto, se na década de 1870 o embate com realistas e naturalistas tinha as suas motivações morais e estéticas, em 1880, quando algumas teorias científicas adquiriram mais

prestígio, fica evidente que os projetos literários da “nova geração” passam a ser entendidos também como discussão política. E “Balas”, crônicas escritas “ao correr da pena”, estavam definitivamente engajadas no desdobramento dessas questões. Lélío, ao longo da série, se esforçou em mostrar que, se tudo continha o seu percentual de invenção, e se muitas dessas invenções eram criadas para manter as desigualdades sociais, a literatura, na sua expectativa de uma objetividade vinculada à ciência, deveria também estar atenta a estas questões. Parte de um projeto literário de Machado, Lélío foi criado a partir desses questionamentos, e fará deles, ao longo de toda a publicação da série, seu fio condutor na confecção das crônicas da *Gazeta de Notícias*.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado de. **Obra Completa**, Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2004.
- BOSI, Alfredo [et. al.] **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____, S; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, L. A. de M. (org.). **Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP: 2010, 410 p.